

# Um alerta à Nação

L. G. NASCIMENTO SILVA

“Estamos vivendo uma crise do Estado brasileiro. Aquele Estado que era o grande protetor, que resolvia tudo, que assegurava todas as soluções, que era um modelo do Estado salvador, sem dúvida, já chegou à exaustão.” Essas são palavras do Presidente José Sarney dirigidas aos estagiários da Escola Superior de Guerra que o visitaram no dia 13 do corrente em Brasília.

Descendo a aspectos de natureza econômico-financeira, afirmou ainda o Presidente que “na área industrial chegamos ao fim de um modelo que significou a substituição de importações com recursos da área externa à disposição do País. E na área política estamos chegando à exaustão de um modelo que não conseguiu consolidar partidos fortes. E partidos fortes significam a base de uma democracia estável”.

Essas são palavras graves que merecem ser meditadas e que devem ser ouvidas como uma justa e oportuna advertência. O que se lhe pode reprochar é o atraso com que o Presidente faz sua advertência à Nação. Ele deveria tê-la feito nos primórdios de seu Governo, porque desde então já existiam, claramente indicados, todos os sintomas das graves enfermidades nas áreas política e econômica da Nação. E os remédios, amargos, mas eficazes, deveriam então ser experimentados. Ao contrário disso vivemos ilusórios períodos de euforia triunfalista, de adoção de fantasiosas soluções para nossos programas econômicos, que se revelavam, pouco depois, inadequadas e ineficazes. Na área política não houve qualquer tentativa de coordenação para a criação de grandes e estáveis partidos, afora o crescimento desmesurado do PMDB, que agora se fraciona agravando ainda mais a insta-

bilidade política.

Mas antes tarde do que nunca. A severa advertência, se tiver ouvidos para a escutarem, ainda será oportuna. No Mundo inteiro há um sopro novo no sentido de se reduzir o opressivo controle do Estado sobre quase toda a economia. A reviravolta que o Governo Thatcher projetou sobre a economia britânica, revivificando-a através de uma reversão da exagerada estatização das atividades econômicas, já mostra seus resultados positivos pela elevação do PIB britânico que projeta o país como a quarta ou quinta economia do mundo ocidental. E a mesma reação se processa na Itália, na Espanha socialista e na própria França.

Infelizmente nós no Brasil nos debruçamos mais, excessivamente mais, sobre o campo da política, que afinal absorve as principais forças da Nação, bem pouco restando para a Administração. Também a infundável delonga de votação final da nova Constituição do País retarda um sem-número de decisões, coloca as forças de produção da Nação em compasso de espera e afasta a expansão dos investimentos externos no País.

No Governo Geisel, em meio a dificuldades múltiplas de um delicado processo de abertura política, que está tão bem descrito no recente livro de Thomas Skidmore “Brasil — de Castelo a Tancredo”, o Presidente corajosamente implantou um vigoroso processo de substituição de importações, e de construção das grandes usinas elétricas, como Itaipu e Tucuruí, de expansão da siderurgia, da prospecção de petróleo, de telecomunicações, e tantas outras. Essas obras, além do progresso econômico interno, se refletiram num ganho das divisas de exportação do País que se expandiram desde 1981,

quando eram de 2,696 bilhões de dólares para 7,403 bilhões em 1984 (“A Economia Brasileira em Marcha Forçada”, de Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza, Ed. Paz e Terra, 1985), e são responsáveis por uma grande parcela dos US\$ 13 ou 15 bilhões que o País obterá este ano como superávit de exportações. Por isso o economista Barros de Castro em entrevista a “Veja”, de 8.1.86, afirma que “o País está colhendo os frutos da política de grandes investimentos industriais implantada em 1974 pelo Presidente Ernesto Geisel... O Brasil, no período Geisel, deu um passo avante que nenhum outro país subdesenvolvido ou sou dar”.

Não será este ainda o momento em que o Presidente Sarney poderá voltar sua atenção para uma oportuna reformulação de nossas tão amplas possibilidades econômicas? Não, entretanto, para alargar o espaço do Estado empresário, mas sim no de incentivar a iniciativa privada, com o apoio e o estímulo do Governo para implantar novos empreendimentos econômicos. Se estão exauridos os modelos da economia e da política no País, como afirma o Presidente, deve caber-lhe o primordial papel de reformular a política econômica do Governo. O que se impõe agora é dar força e vitalidade à empresa nacional, impelindo-a a desenvolver-se em setores essenciais com o apoio financeiro do Governo na execução de seus programas de expansão, inclusive visando ao aumento de nossas exportações.

Creio que é ainda tempo para que o Governo do Presidente Sarney assumira esse papel em nossa economia, ajudando a expansão de nossas imensas possibilidades econômicas através de livre empresa.